

MULHERES NO CURRÍCULO DE PEDAGOGIA DA UFLA: POR UMA OUTRA EPISTEMOLOGIA

Michelle Julia de Sousa¹

Carolina Faria Alvarenga²

RESUMO

Esta pesquisa trata de uma investigação acerca da formação docente, no contexto da formação de pedagogo/as na Universidade Federal de Lavras (UFLA). Neste sentido, propõe-se discutir, neste cenário, a presença e importância de um referencial feminino partindo do currículo estabelecido na matriz curricular, considerando a importância de um referencial teórico que represente a maioria das docentes em formação. Nesta perspectiva, o objetivo desta pesquisa foi fazer um levantamento, analisar e problematizar a presença de autoras mulheres na bibliografia obrigatória no currículo do curso de Pedagogia da UFLA a partir da matriz curricular de 2017/1, vigente no curso. Quanto à metodologia, esta pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa qualitativa, com dados quantitativos baseados em uma análise documental. Para a construção dos dados, consultamos as ementas das disciplinas obrigatórias do curso, disponibilizadas no Sistema Integrado de Gestão (SIG) da UFLA. Ao fazer o levantamento percebemos que a presença de nomes de autoras mulheres é um pouco maior que de autores homens. Com esta investigação, buscamos contribuir com as reflexões sobre a importância de um currículo com uma presença mais feminina, entendendo que o curso historicamente tem uma presença massiva de mulheres, que se reflete no processo de constituição da identidade docente de futuras pedagogas, bem como o processo de formação e constituição docente das mesmas.

Palavras-chave: Formação docente; Mulheres; currículo; Gênero; Pedagogia.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a análise do currículo na formação docente tem sido uma área que tem merecido destaque nas ciências da educação. Os estudos e pesquisas que versam sobre a área buscam compreender como se dá a constituição de professoras e professores, desde sua formação inicial, observando inclusive as novas demandas do mundo contemporâneo (MORGADO, 2011), indo além do foco nas mudanças nas legislações que regulamentam essa atividade. Muitos estudos, como os de Marli André

¹ Estudante de graduação no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras. Email: michelle.souza@estudante.ufla.br

² Profa Dra. no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras. Email: carol_alvarenga.ufla.br

(2002), Sônia Kramer (2005), Sandra Unbehaum (2014) e Bernadete Gatti (2010), versam sobre essa questão focalizando diferentes aspectos da área.

Alguns desses estudos buscam identificar e analisar como tem se construído os cursos de formação docente no Brasil, como é o caso de Gatti (2010) e Unbehaum (2014). De acordo com a Gatti (2010), a formação docente tem sido uma área, há bastante tempo, complexa e com muitas questões a serem pensadas; questões que vão desde os currículos das licenciaturas, da profissionalização dos professores e professoras até a condição docente, das carreiras de magistério, incluindo os debates em torno da questão de gênero.

Gatti (2010) aponta que as tensões e questionamentos da formação docente representam um desafio e merecem nossa preocupação. De acordo com André et al. (2017), podemos dizer que esses estudos têm contribuído sobremaneira para repensarmos os cursos de formação inicial bem como a formação continuada de professores e professoras.

DESENVOLVIMENTO

O debate em torno da presença de mulheres na docência não é novidade, entretanto, as pesquisas no campo de gênero e educação na formação docente têm ganhado maior destaque recentemente. Para Unbehaum (2014), se as pesquisas têm emergido com maior destaque, a discussão também deveria estar mais presente nos cursos de formação inicial. Sabe-se que os cursos de licenciatura são predominantemente escolhidos por mulheres (UNBEHAUM, 2014) e que a valorização do cargo se dá de maneira desigual. Enquanto as mulheres ocupam os cargos na Educação Básica e são mal remuneradas, os homens se estabelecem na Educação Superior e perpetuam um currículo marcado por autores que os representam.

Judith Butler (2018) diz que gênero é um comportamento induzido por normas obrigatórias, performativo que nos leva ao binarismo, reproduzindo um padrão social, cultural e politicamente construído: “a reprodução do gênero é, portanto, sempre uma negociação com o poder” (BUTLER, 2018, p. 39). Concordando com Cláudia Vianna (2017) que nos lembra que a medicina e a biologia tem um papel fundamental no androcentrismo, influenciando a maneira como a família, a igreja, a sociedade e a política construíram e perpetuam uma ideia hegemônica de que os corpos femininos

estão condicionados. Há um lugar de inferioridade em que “a força do costume faz com que defendamos explicitamente a igualdade e pratiquemos implícita ou até escancaradamente a discriminação, reforçando a desigualdade de gênero” (VIANNA, 2017, p. 49). Outro ponto importante que precisamos ressaltar é que adotamos neste texto o olhar para a questão de gênero associada às dimensões de raça, etnia e classe, pois entendemos que são fatores indissociáveis, e que a desigualdade se manifesta nos corpos de diferentes formas.

Unbehaum (2014), ao problematizar o conceito de gênero destaca que é necessário uma ressignificação do processo histórico ao qual grupos compostos por minorias sociais, como mulheres, negros e negras, indígenas, homossexuais, crianças entre outros, foram historicamente excluídos, invisibilizados, inferiorizados e apagados, promovendo uma desigualdade abissal no acesso de direitos e representatividade social. Além disso, a autora também destaca a importância de um olhar interseccional para as desigualdades: “no contexto atual, em qualquer uma das escalas de desigualdades são as mulheres a ocuparem o topo da lista, não qualquer mulher, mas as mulheres pobres, negras e/ou indígenas, com deficiências, homossexuais e etc” (UNBEHAUM, 2014, p. 33).

Paulo Freire (1993) chama a atenção para o fato de que o contexto teórico molda nossa atuação e formação em sala, que o contexto pedagógico também se materializa no conteúdo formativo e a experiência que construímos se reflete na abordagem que fazemos com nossas estudantes.

No contexto teórico, o da formação permanente da educadora, é indispensável a reflexão crítica sobre os condicionamentos que o contexto cultural tem sobre nós, sobre a nossa maneira de agir, sobre nossos valores (FREIRE, 1993, p. 83).

Jorge Larrosa (2002) propõe que possamos refletir sobre o par experiência/sentido a partir de uma perspectiva crítica, que viver a experiência nos transforma, atinge nossa subjetividade, a ponto de nos estremecer, nos forma e modifica nosso olhar diante de determinada vivência. Considerando que a educação é permeada por diferentes sujeitos que atua e modifica realidades, a experiência que trazemos como bagagem cultural, política, estética e social possuem influência e é internalizada por aqueles e aquelas que vão exercer a profissão docente, corroborando com Roney Castro

(2016) que traz que a experiência se constitui como atravessamento, penetrando nossas concepções, bases e desconstruindo para reconstruir.

Neste cenário, gostaríamos de destacar, dentre as tendências investigativas sobre a formação docente, uma questão atual e emergente nos cursos de Pedagogia: a constituição da identidade da pedagoga e do pedagogo a partir da questão de gênero, materializada nas referências utilizadas durante a formação. Considerando que mulheres são a maioria na população brasileira e que sua presença é massiva no curso de Pedagogia, como se configura a presença de autoras mulheres no currículo? Para quem ele é pensado? Como ele se reflete na prática educativa? Esse é o caso desta investigação.

A formação docente no Brasil

Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – que definiu a Educação Infantil (EI) como a primeira etapa da educação básica e com isso houve uma nova demanda em relação à formação de profissionais que atuavam nessa etapa da educação. A lei 9394/96 (BRASIL, 1996) estabeleceu então que a formação de profissionais que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental deveria ser feita em nível superior, ainda que fosse admitida a formação em nível médio.

Em 2006,

depois de muitos debates, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução n. 1, de 15/05/2006, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para esses cursos, propondo-os como licenciatura e atribuindo a estes a formação de professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, bem como para o ensino médio na modalidade Normal, onde fosse necessário e onde esses cursos existissem, e para a educação de jovens e adultos, além da formação de gestores. Essa licenciatura passa a ter amplas atribuições, embora tenha como eixo a formação de docentes para os anos iniciais da escolarização (GATTI, 2010, p. 1357).

Este é um importante marco na constituição da profissionalização de pedagogas e pedagogos, e, podemos considerar que a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (DCN Pedagogia), de 2006 (BRASIL, 2006) foram definidos moldes para a formação dessas e desses profissionais. No bojo das reformas, de acordo com Francine Martins et al. (2012), foi necessário repensar os modelos

formativos de aperfeiçoamento profissional docente. Além disso, continuam as autoras, foi necessário reconhecer a professora e o professor como produtora e produtor de uma identidade profissional.

Dessa forma, de acordo com Betânia Ramalho, Isauro Nuñez e Clermont Gauthier (2004) essa identidade profissional é resultado de dois elementos: a profissionalidade e o profissionalismo. Para os autores, a profissionalidade se refere ao desenvolvimento de competências, saberes e agir profissional enquanto profissionalismo diz respeito ao reconhecimento social da profissão docente.

Gatti (2010, p. 1360), com base nos mesmos autores, a respeito do profissionalismo, ainda acrescenta que “a profissionalização de professores implica a obtenção de um espaço autônomo, próprio à sua profissionalidade, com valor claramente reconhecido pela sociedade”. Com essas conceituações saímos de uma concepção romântica, como a da professora redentora, messiânica e outras concepções correlatas, da professora mecânica, quebra-galho e avançamos para a concepção de um profissional capaz de confrontar-se com as complexidades da docência, construindo ações concretas em respostas a estes desafios, mobilizando seus saberes e recursos cognitivos e afetivos.

Roldão (2005, p. 108) amplia ainda o conceito de profissionalidade quando a define como sendo um “conjunto de atributos, socialmente construídos, que permitem distinguir uma profissão de outros muitos tipos de atividade, igualmente relevantes e valiosas”. A autora ainda nos conta que é preciso ter em mente que ser professora ou professor vai muito além da aquisição e domínio dos conteúdos, requer necessariamente um vasto conjunto de saberes científicos, no campo da educação. Saberes esses que estão longe de serem espontâneos ou que decorrem automaticamente do domínio do conteúdo.

Nesse sentido, a forma como vê a profissão docente, principalmente na Educação Básica, é endossada quando se olha para o papel da mulher na sociedade, visão que se cruza com a atuação docente. Se estamos falando sobre construção de identidade, os referenciais que utilizamos para nos orientar constroem nossa visão e atuação no mundo, inclusive no campo profissional. A presença das mulheres na sociedade, nos cursos de licenciatura e no universo profissional requer que possamos

nos atentar a que tipo de referencial nos representa nesses espaços e nos constituem socialmente, culturalmente e politicamente.

Martins et al. (2012) e Roldão (2005) destacam a necessidade de uma ressignificação do sentido de ensinar construído historicamente, caminhando para a criação de um estatuto da profissionalidade. Neste sentido as leituras e discussões na graduação compõem o que concebemos como temas importantes para se tratar na Educação Básica e que entendemos como importantes ou não para se abordar com as crianças em processo de constituição como sujeitos.

Trabalhos como os de Nuñez e Ramalho (2005), Nuñez e Ramalho (2008), Morgado (2011), Ambrosetti e Almeida (2007), André et al. (2017), Leal e Brzezinski (2019) ainda versam sobre a questão da profissionalidade e profissionalização docente, além de alguns deles discutirem a questão da identidade docente, especificamente a de pedagogas e pedagogos.

Tendo em vista a necessidade de pensar a formação docente e observando as questões trazidas pelos autores e autoras supracitados, nos interessa nesta pesquisa refletir sobre a presença de mulheres no currículo obrigatório do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras.

Neste sentido, cabe refletir os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad contínua) realizada em 2019, que apontam que há mais mulheres que homens na sociedade brasileira, sendo o número de mulheres de 51,8% e de homens 48,2%, entretanto os cargos mais valorizados, a representatividade política, os currículos universitários, a produção acadêmica ainda é na sua maioria ocupados por homens.

Unbehaum (2014) discute em seu trabalho as questões de gênero que atravessam o currículo na formação docente e a importância deste tema para superar o patriarcado que se faz presente de forma incisiva neste campo, composto massivamente por professoras mulheres, principalmente na educação básica e que não é representado no referencial teórico que permeia todos os anos da graduação. A autora revela que seu estudo acontece quando ela entende que durante sua formação não foi representada no referencial e que o interesse pelo campo se deu a partir da militância.

Como hipótese inicial pensamos que as mulheres presentes nas referências não representam a maioria do referencial, entretanto, ao final, observamos que o número de vezes que aparecem mulheres nas referências foi maior que o número de homens.

Este trabalho se configura como pesquisa qualitativa, que de acordo com Cecília Minayo (2001), responde a questões muito particulares, fenômenos que não podem ser simplesmente quantificados. Desse modo, “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos” (MINAYO, 2001, p. 21-22). Nesse sentido, podemos classificar esta pesquisa como uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, já que ela se propõe a conhecer, analisar e discutir processos que não são quantificáveis do ponto de vista da “ciência dura”.

Entretanto, ainda apoiada em Minayo (2001), há aspectos nesta pesquisa que podem ser observados a partir da quantificação, sem que isso signifique necessariamente uma abordagem quantitativa, haja vista sua interpretação sob uma perspectiva qualitativa. Esse foi o caso do levantamento realizado acerca do número de autoras do sexo feminino na bibliografia do curso. Concordamos com a autora quando assevera que o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe necessariamente. Ao contrário, eles se complementam, já que a realidade que eles abrangem interage dinamicamente, excluindo, assim, qualquer dicotomia (MINAYO, 2001). Sendo assim, entendemos que é importante dispormos de instrumentos e dados capazes de ampliar nossas possibilidades de interpretação e, conseqüentemente, melhor compreensão do fenômeno ou processo que está sendo estudado.

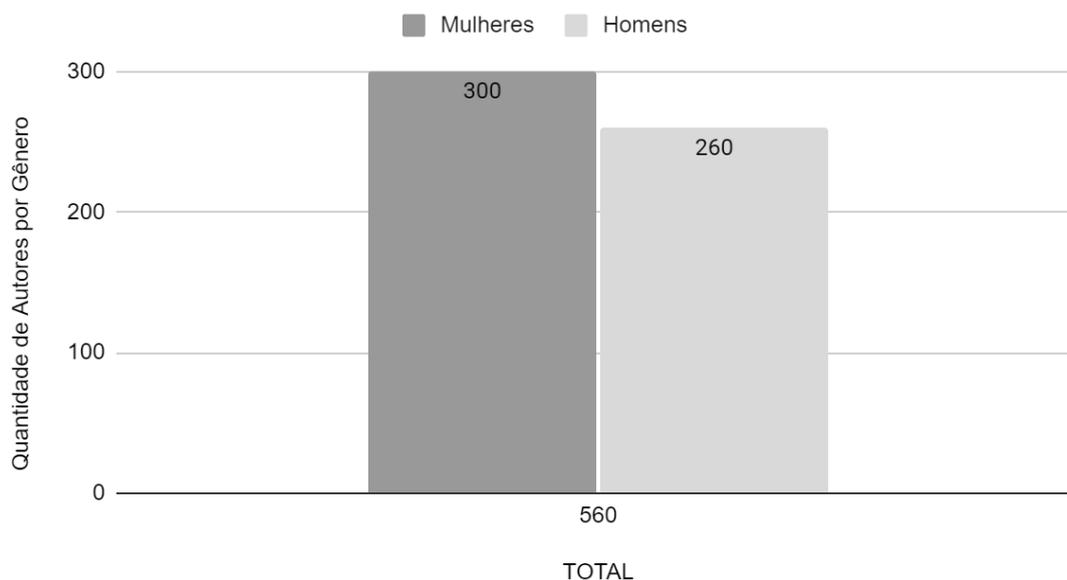
Como estratégia para a construção dos dados, neste estudo, utilizamo-nos das ementas das disciplinas obrigatórias que compõem a matriz curricular do curso de Pedagogia da UFLA para analisar a presença de autoras mulheres na bibliografia obrigatória do currículo do curso de pedagogia da Universidade Federal de Lavras a partir da matriz curricular de 2017/1, matriz vigente no curso.

O intuito foi saber se além das referências obrigatórias, havia indicação de referências que não estavam nas ementas, isso porque a orientação para montagem das ementas de cada disciplina que sejam apresentadas três referências básicas e até cinco

complementares. Vale ressaltar que enviamos um questionário para todos os 26 professores que estão listados no site do curso, mas somente seis responderam.

Os dados foram coletados no Sistema Integrado de Gestão (SIG) da UFLA. O levantamento aconteceu de acordo com o número de nomes de mulheres que aparecem nas referências das ementas, independente se primeira, segunda ou terceira autoras. Todas as referências se encontram em tabelas que foram divididas por semestre em um acervo pessoal. Foram encontradas 300 nomes de mulheres nas referências³. Esses nomes foram contados mesmo quando apareciam repetidos. Ao fim elaboramos um gráfico, que pode ser observado abaixo, que representa todas as referências dentro das ementas.

MULHERES e HOMENS



Como abordado anteriormente, os cursos de formação docente historicamente são predominantemente compostos por mulheres, entretanto o que observamos na prática é que o currículo ainda não representa as graduandas. Castro (2016) contextualiza a formação inicial como um importante momento de descobrimento de si e do mundo, em que as experiências vivenciadas “são elaboradas e reelaboradas a partir das relações em que elas pensam a si mesmas” (CASTRO, 2016). Para o autor as

³ Não foram apontados nomes de autoras mulheres negras, não nos sentimos à vontade para definir a raça que determinada autora se auto identifica, entretanto se faz necessário um olhar minucioso da presença de mulheres negras nas referências dos cursos de licenciatura.

vivências que o curso produz em cada uma são apenas mediadoras da formação de si enquanto sujeitas, e que essa forma de ver e pensar a constituição da identidade docente e concomitantemente a formação pessoal possibilita construir uma forma de nos ver que nos permite sair do lugar de salvadoras da educação e dos problemas sociais causados pela desigualdade social, nos humanizando diante de nós e do mundo.

Pensar a partir dessas lentes é muito importante, visto que, nós mulheres, somos socializadas desde crianças para garantir a perpetuação do status quo - do patriarcado, em que somos educadas e cobradas para sermos mais dóceis, gentis, acolhedoras, comportadas, discretas, inteligentes, equilibradas, fortes e acima de tudo, seres que não questionam, submissas, comportamentos que vamos internalizando e naturalizando à medida que o tempo passa. Essa socialização se reflete dentro das instituições de ensino, como professoras somos colocadas como mães, cuidadoras que exercem a profissão docente por amor, dom, situação que criou e alimenta um imaginário de desigualdade econômica, como se nosso trabalho não devesse ser bem remunerado, com salários baixíssimos e pouca valorização.

A partir das reflexões de Vianna (2017) pensar as questões de gênero no campo educacional se faz essencial para que possamos superar os discursos ultrapassados que nos distinguem dos homens baseados nas diferenças físicas, ou nas pesquisas de cunho biologizante que tenta provar que nossos cérebros funcionam e articulam as conexões de forma diferenciada, sem considerar o contexto cultural que somos submetidas continuamente.

Ainda segundo a autora as políticas e práticas educativas, dentro de cada contexto histórico refletem as perspectivas dominantes (Vianna, 2017) e o currículo é campo fértil para materialização destes ideais, não por acaso, a disputa política sobre o que deve ou não ser tratado nas instituições educacionais estão sempre tensionadas. Qual discurso adotar e como fazê-lo é pauta constante e motivo de debates intensos nos diferentes espaços da sociedade.

Nesse sentido, após realizar este estudo, mesmo com o levantamento de que no currículo obrigatório do curso de Pedagogia da UFLA, aparecem um pouco mais de nomes de mulheres que de homens, ressalto a importância de se adotar um referencial

mais representativo, em que as minorias sociais sejam maioria em um espaço que lhes são historicamente negados, o da academia, sabemos que quando se trata de produção científica, ainda é predominante a presença masculina e isso precisa ser superado urgentemente.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Sem a perspectiva de esgotar o presente debate, considero que este trabalho tem importante relevância para a reflexão acerca da necessidade de mais espaço para um referencial teórico que represente as estudantes dos cursos de Pedagogia, a decisão por fazer esta pesquisa se fez justamente porque não me senti representada na maioria dos referenciais teóricos ao longo da minha formação, porque senti falta de ler mais mulheres - negras, indígenas, trans, lésbicas - pois se somos maioria na população brasileira, porque isso não se reflete dentro da Universidade ou dos cargos de poder? Espaços estes, de produção de conhecimento, de políticas públicas e educacionais e que deveriam incorporar e fortalecer todas as diferenças. Gostaria de encerrar este texto com uma importante citação de Ana Maria Colling (2014) que considero de grande contribuição para nossa reflexão:

Incluir as mulheres no processo histórico não significa unicamente - apesar de sua importância - incluir a metade da humanidade no discurso; significa também um fato que afeta a humanidade em seu conjunto. Ao se analisar a história sob uma perspectiva de gênero, questiona-se a validade dos modelos interpretativos existentes, modifica-se a centralidade das análises hegemônicas, tornando visível o androcentrismo do discurso científico e histórico cultural tradicional, condicionando-se assim a produção global da história. Neste sentido, a história das mulheres não diz respeito somente à metade da humanidade, mas à totalidade desta, pois com a inclusão das mulheres nos temas históricos os homens também se fazem visíveis como seres sexuais, oferecendo uma nova perspectiva (COLLING, 2014, p. 15).

REFERÊNCIAS

AMBROSETTI, Neusa Banhara; ALMEIDA, Patricia C. Albieri de. A constituição da profissionalidade docente: tornar-se professora de educação infantil. In: **30ª Reunião Anual da ANPEd**, 2007, Caxambu - MG. ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social, 2007.

ANDRÉ, Marli (org.). **Formação de professores** (1990-1998). Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002.

ANDRÉ, Marli; CALIL, Ana Maria G.; MARTINS, Francine. P.; PEREIRA, Marli. Amélia L. O papel do outro na constituição da profissionalidade de professoras iniciantes. **Revista eletrônica de educação** (SÃO CARLOS), v. 11, p. 505-520, 2017.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2º edição, 2018.

CASTRO, Roney Polato de. Educação, relações de gênero e sexualidades: experiências de estudantes de Pedagogia. **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 203-214, jan./abr. 2016.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados - MS, Editora UFGD, 2014.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo, Paz e terra, 1º edição, 1993.

GATTI, Bernardete. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, Dez. 2010.

KRAMER, Sônia. **Profissionais de Educação Infantil: Gestão e Formação**. São Paulo: Ática, 2005.

LEAL, Miriam Marques; BRZEZINSKI, Iria. A Constituição da Profissionalidade e do Profissionalismo Docente - Percepções dos Egressos do Curso de Pedagogia – CCSEH – UEG. **Braz. Ap. Sci. Rev.**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 333-342, jan./fev. 2019.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Francine. P.; GARCIA, Iara G.; CARDOSO, Renato. A profissionalidade docente na educação infantil. In: VI COPEDI - Congresso Paulista de Educação Infantil e II Congresso Internacional de Educação Infantil, 2012, São Paulo. **VI COPEDI - Congresso Paulista de Educação Infantil e II Congresso Internacional de Educação Infantil**, 2012.

MARTINS, Francine. P.; CARDOSO, Renato; GARCIA, Iara. G. Profissionalização e profissionalidade docente na educação infantil. In: **XI Congresso Estadual Paulista**

Sobre Formação de Educadores e I Congresso Nacional de Formação de Professores, 2011, Lindóia. Anais, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORGADO, José Carlos. Identidade e profissionalidade docente: Sentidos e (im)possibilidades. **Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação**, vol.19, nº 73, 2011, p.793-811.

NUÑEZ, Isauro Béltran; RAMALHO, Betania Leite. A profissionalização da docência: um olhar a partir da representação de professoras do ensino fundamental. **Revista Iberoamericana de Educación** (Online), v. -, p. 1-15, 2008.

NUÑEZ, Isauro Beltrán; RAMALHO, Betânia Leite. As representações de professores sobre a Docência como profissão: uma questão a se pensar nos processos formativos. In: **II Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares**. João Pessoa: Anais (II Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares), 2005. P. 1-11.

RAMALHO, Betânia Leite; NUÑES, Isauro Beltrán e GAUTHIER, Clermont. **Formar o professor, profissionalizar o ensino** – perspectivas e desafios. Porto Alegre: 2ª Ed. Sulina, 2004.

ROLDÃO, Maria do Céu. Profissionalidade docente em análise – especificidades do ensino superior e não superior. **Revista Nuances: estudos sobre a educação**. Ano XI; v.12, n.13; jan/dez. 2005 p.106-126.

VIANNA, Cláudia. Debates e embates de gênero: dos estudos às políticas e práticas educativas. In: Daniela Finco; Adalberto dos Santos Souza; Nara Rejane Cruz de Oliveira. (Orgs.). **Educação e resistência escolar: gênero e diversidade na formação docente**. 1ed.São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017, v. 1, p. 47-67

UNBEHAUM, Sandra Gouretti. **As questões de gênero na formação inicial de docentes: tensões no campo da educação**. 2014. 250f. Tese (Doutorado em Educação: currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.